

Anotações sobre o conceito de crise múltipla e as atuais circunstâncias históricas e políticas no Brasil

Vladimir Puzone¹

Resumo: Neste trabalho, proponho revisitar o conceito de crise múltipla como ponto de partida para compreensão da atual crise econômica e política no Brasil. Primeiro, será feita uma breve recensão desse conceito, retirado das discussões sobre a crise na Europa. Em seguida, serão discutidos alguns aspectos relativos ao entrelaçamento da crise econômica brasileira com a crise política, com ênfase na especificidade desta última e partir de uma pequena revisão da literatura brasileira. Como parte integrante das articulações entre mudanças no modelo de acumulação e suas configurações políticas, serão descortinados alguns traços daquilo que chamo de crise das esquerdas. Assim, a parte final deste trabalho procura aproximar os atuais efeitos do neoliberalismo com as dificuldades encontradas pelas organizações e movimentos dos trabalhadores e grupos subalternos.

Palavras-chave: Crise múltipla; Brasil; esquerdas; trabalhadores.

Abstract: I propose in this paper to revisit the concept of multiple crises as a point of departure to understand the actual economic and political situation in Brazil. First, it contains a brief review of the concept, based on discussions about the European crisis. Later, I will contend some traits related to the intertwinement between the economic and political crises in Brazil, emphasizing its peculiarities and taking Brazilian bibliography as a starting point. I will also address what I call the crisis of the Left, as part of the articulation between changes in the mode of capital accumulation and its political configurations. At the end of the paper, I will try to bring the effects of neoliberalism closer to the difficulties faced by workers' and subaltern organizations and movements.

Keywords: Multiple Crisis; Brazil; Left; Workers.

Introdução

Este texto tem como objetivo compreender alguns aspectos da atual crise que se arrasta há alguns anos no Brasil. Mais especificamente, trata-se de apontar para a possibilidade de entender essa crise como uma crise múltipla, conceito utilizado por Alex

¹ Bolsista PNPd/CAPES e professor colaborador pelo departamento de sociologia da Universidade de Brasília.

Demirovic em diversos escritos sobre a crise na União Europeia e com base nas considerações daquela que se convencionou chamar de primeira geração da teoria crítica (sobretudo a partir da noção de crise exposta por Max Horkheimer em *Autoridade e Família*). É certo que não podemos simplesmente transpor os conceitos derivados de uma realidade social distinta da brasileira, a começar pelo fato de que a crise no Brasil tem origens na própria especificidade desta sociedade. No entanto, temos motivos para sustentar que a atual crise brasileira é um capítulo específico de uma crise mais geral no processo de acumulação do capital que se arrasta desde 2008 – sem esquecer algumas posições que afirmam que a atual crise na reprodução capitalista possui suas origens na década de 1970, momento de transição entre o que se pode chamar de um modelo de regulação fordista para o neoliberalismo.

A ideia de uma crise múltipla se refere às diversas formas mediante as quais a própria sociabilidade capitalista encontra problemas em se reproduzir. Assim, embora o sentido geral da crise possa ser estabelecido a partir dos processos de acumulação do capital e as dificuldades na sua reprodução e ampliação contínua, ela se manifesta de formas variadas, como o próprio conceito denota. A crise de acumulação é acompanhada por outras crises em atividades da vida social e cujo exemplo mais visível é a crise política. A partir dos anos 1990 ficaram bastante famosas discussões a respeito dos limites do modelo liberal de democracia, baseado em eleições regulares e na representação. Também é comum que se estabeleça um forte vínculo entre a predominância do capital financeiro e o isolamento das instituições políticas com relação às demandas dos eleitores e representados (ainda que aquele expresse adequadamente as principais características do atual regime de acumulação, que tem como eixo as formas fictícias de capital) (cf. Crouch, 2004, Streck, 2013).

Porém, essa crise múltipla também marca presença em outros domínios da vida social que não possuem uma ligação imediata com a reprodução do capital. Não por acaso, é muito comum encontramos descrições e reflexões a respeito de crises nas relações de gênero, crises culturais e uma crise na própria relação dos seres humanos com a natureza – ainda que nesta última sejam mais evidentes os laços que ligam a produção e a reprodução da vida humana sob a égide do capital com o esgotamento dos recursos naturais e ameaças à continuidade da vida no planeta.

Levando esses aspectos em conta, eu gostaria de tecer algumas considerações a respeito da possibilidade de pensar a existência de uma crise múltipla no Brasil, mostrando a relação entre seus eixos constitutivos, bem como a particularidade de cada

um deles. O fio condutor do presente texto pode ser delineado como se segue. É quase unânime que os diversos analistas da vida econômica sugeriram a persistência de uma crise. O que diferencia essas análises é não apenas o início da crise e os fatores que a desencadearam, mas também as possíveis soluções. De modo algum não é minha intenção aqui fornecer qualquer fórmula que aponte para tal expediente. A tarefa inicial aqui é bem mais simples: trata-se de mostrar, com base em algumas análises e dados mais recentes, que a atual crise econômica se configura como uma crise de lucratividade, ou, se quisermos, uma crise cujo sinal mais aparente é a queda nas taxas de lucro.

Na sequência, procuro apontar para a especificidade da crise política que se arrasta no Brasil desde junho de 2013, mas que teve seu ponto nevrálgico com a deposição de Dilma Rousseff em agosto de 2016. Em particular, trata-se de mostrar que a crise política não pode ser entendida como um simples sucedâneo da queda na taxa de lucro. A resposta dos agentes políticos no parlamento não pode ser compreendida por meio dessa expressão direta, ainda que a política enquanto tal deva ser entendida em correspondência com as formas sociais dominantes, isto é, derivadas da valorização do capital. Mas isso não implica, e é essa uma das intenções do artigo, que os agentes políticos reunidos em partidos e nas instituições políticas (executivo, legislativo e judiciário) possam ser entendidos apenas como manifestação direta dos interesses de distintas frações de classe. Para além disso, é necessário também entender em que medida as próprias organizações da esquerda brasileira, em geral, e dos trabalhadores e grupos subalternos, em particular, também se encontram em uma crise de grandes proporções. De maneira mais específica, é possível constatar uma espécie de emulação de elementos básicos da sociabilidade capitalista e de sua racionalidade correspondente. Esse processo de uma verdadeira mimese estaria no centro da crise da própria esquerda no Brasil e das organizações e movimentos dos trabalhadores e grupos subalternos, como os movimentos negros e feministas, ao mesmo tempo em que permite entrever, de forma parcial, os motivos da ascensão da extrema-direita e do neofascismo no país.

Conceito de crise múltipla

Nesta primeira seção, farei um breve resumo acerca das considerações em torno do conceito de crise múltipla, e que servem de ponto de partida para minhas considerações sobre a atual crise brasileira. Em um pequeno livro sobre a crise na Europa, Alex Demirovic e Thomas Sablowski partem de um panorama geral do atual estágio da acumulação capitalista para apresentar a noção de crise múltipla. Inicialmente, eles

afirmam que não é o regime de acumulação dominado pelo setor financeiro em si que está em questão, mas as contradições que “se reproduzem em níveis cada vez mais elevados, arrastando cada vez mais estruturas sociais para dentro da crise” (Demirovic e Sablowski, 2015, p. 16). Estaríamos vivendo uma crise múltipla da formação social burguesa, ou seja, uma grande crise no modo de produção capitalista. Ela não teria sido motivada unicamente pela ganância desmedida dos bancos. Embora ela também seja uma crise do sistema financeiro isso não significa uma divergência de uma suposta maneira correta do funcionamento do capitalismo – como seria possível entender a partir da tão propalada necessidade de regulação daquele sistema ou da oposição entre capital produtivo e rentismo. De acordo com os autores, é preciso levar em conta a interdependência entre bancos, comércio e indústria. De modo simplificado, por um lado, o capital fictício depende de processos de extração da mais-valia em âmbito produtivo. Se esse capital é entendido como uma forma de se apropriar de mais-valia extraída no futuro, então os processos de exploração da força de trabalho têm de ser ampliados. Por outro, tanto os setores industriais quanto comerciais dependem de empréstimos tomados junto a bancos e agências financeiras para ampliar seus investimentos. Isso configura, então, uma crítica à ideia segundo a qual o capital financeiro é uma espécie de parasita da produção. Ao contrário, ela é a forma mais desenvolvida das próprias contradições da reprodução e expansão do capital global.

Ao mesmo tempo em que a regulação da acumulação foi dominada pelo capital financeiro, houve um deslocamento das relações entre as classes em desfavor das dominadas, o que fica evidente nas taxas salariais decrescentes nos centros capitalistas, uma vez que elas indicariam taxas crescentes de mais-valia. Tal mudança poderia ser descrita a partir de uma abordagem gramsciana como uma mudança nos termos da hegemonia burguesa, uma vez que as condições em que o conflito social é percebido e realizado mudaram substancialmente nas últimas décadas, se tomarmos o período da regulação fordista nos países centrais do capitalismo como ponto de referência. Como estratégia auxiliar da subordinação das classes trabalhadoras à reprodução ampliada do capital, Demirovic e Sablowski apontam para o endividamento das famílias de trabalhadores, ao mesmo tempo em que isso também constitui um meio para que bancos obtenham lucros. A previdência mediante capitalização, o último grito das burguesias no Brasil, é outro fator do rebaixamento das condições de lutas das classes dominadas, já que joga os assalariados uns contra os outros, garantindo a previdência dos mais afortunados à custa dos outros. Ademais, capitais financeiros contam com a estratégia de

privatizações e exploração de assalariados em outras partes do mundo para desestabilizar possíveis formas de solidariedade de classe. “Portanto, podemos falar de uma crescente subsunção econômica e política da reprodução dos assalariados ao capital financeiro” (idem, p. 38).

Apesar da centralidade dos processos de acumulação na configuração das crises do capitalismo, não seria possível compreender sua manifestação atual sem a remissão a outras áreas da sociedade, assim como é necessário entender em que medida as crises econômicas são atravessadas por elas. Demirovic e Sablowski partem das considerações de Max Horkheimer nos *Estudos sobre Autoridade e Família* para delinear seu conceito de crise múltipla. Nos anos 1930, Horkheimer mostrou que a crise econômica gerou profundas modificações na sociedade, na família e na estrutura psicológica das personalidades dos indivíduos. Em particular, diante da desestruturação da vida pessoal provocada pelos efeitos da crise, as instâncias psíquicas dos indivíduos se enfraquecem. Dessa forma, a crise se afigura como uma crise de orientação dos sentidos dos indivíduos, que passam a necessitar de uma direção externa para seu controle e segurança. As crises devem ser entendidas, então, enquanto situações nas quais os modelos de ação existentes já não podem mais prosseguir normalmente (Demirovic et al., 2011a, p. 8). Isso abriria tanto novas possibilidades de ação emancipatória quanto o risco de uma política antidemocrática, racista e sexista, especialmente a partir de uma “aliança” entre as classes dominantes e parte da população.

Entre a reprodução do capital e a reprodução dos domínios sociais (relativamente) autônomos haveria uma relação de dependência, que resulta do fato de que nenhum desses domínios pode se reproduzir por muito tempo sem que o faça mediante a reprodução do trabalho social. Ao mesmo tempo, podem surgir dinâmicas específicas da crise, que influenciam e perturbam a circulação do capital e sua reprodução. “Sob o conceito de crise múltipla entendemos uma constelação histórica de processos de crise que se influenciam reciprocamente e que se relacionam no capitalismo do mercado financeiro” (idem, p. 13). Essa constelação pode ser vista como o aprofundamento das contradições do desenvolvimento global do capitalismo neoliberal. Ou seja, a crise é interna às relações de dominação e aos conflitos dessa sociedade. Um de seus aspectos consiste na crise da democracia parlamentar, em muitos países normalizada: a participação nas eleições estagnou ou diminuiu, assim como a distância entre governantes e governados tem aumentado e partidos têm perdido militantes. Em resumo, cada vez menos pessoas confiam nas elites políticas como capazes de dar uma solução aos problemas sociais.

Trata-se, na verdade, de verificar se essa “incapacidade” se traduz em uma transformação do exercício de dominação enquanto momento da dinâmica da crise.

Crise econômica e crise política no Brasil

A partir dessa breve apresentação dos termos que gravitam ao redor do conceito de crise múltipla, temos a possibilidade de pensar e traduzir esses termos para a atual situação brasileira. Segundo os dados de Marquetti et al. (2016), houve uma queda na lucratividade a partir de 2010, por conta da redistribuição de renda a favor do trabalho (*profit squeeze*). A queda acentuada da taxa de lucro e a tentativa de reduzir a taxa de juros teriam sido o estopim para o rompimento do acordo de classes do lulismo. Também teriam contribuído a diminuição no nível de utilização da capacidade instalada e da produtividade potencial do capital, assim como a rentabilidade financeira. Não deixa de chamar atenção que essa interpretação compartilhe certo diagnóstico corrente na esquerda hegemônica segundo o qual os governos Lula e parte dos governos Dilma se caracterizariam por um “pós-neoliberalismo”, que teria ocorrido sobretudo após a crise do “mensalão” e a entrada de Guido Mantega no ministério da fazenda. No entanto, seria possível contrapor esse dado com os trabalhos de Medeiros et al. (2015), que mostram que, apesar do alargamento dos rendimentos do trabalho, não houve uma desconcentração nos estratos superiores de renda, indicando que pode não ter havido uma compressão dos lucros.

Além disso, a própria ideia de que tenha existido um pacto de classes parece um pouco estranha, já que as classes trabalhadoras não foram suas participantes ativas. Daí que, por exemplo, Armando Boito Jr. (2018) prefira o termo frente (no lugar de aliança), já que a participação dos trabalhadores se faz por cima, enquanto Ruy Braga (2016) se refira a um consentimento passivo das bases sindicais, em contraposição a sua forma ativa por parte das lideranças dos sindicatos. Aliás, parte da explicação de Braga para o rompimento do pacto lulista deve ser buscada na incapacidade do governo Dilma em conter os conflitos sociais, cujo clímax ocorre com as Jornadas de Junho de 2013, mas que tem um ponto de apoio importante no aumento do número de greves.

Sobre a determinação da crise econômica, Mascaro (2017) afirma que seria necessário precisar a natureza da crise brasileira, já que durante os governos petistas apresentou-se uma narrativa de relativo sucesso. “Para estabelecer os marcos da crise brasileira, é preciso indagar sobre o grau e distinção dos governos Lula e Dilma em relação ao modelo neoliberal mundial e sua contraface anterior brasileira” (p. 180).

Contudo, ainda que o autor se aproxime do ponto de partida deste artigo, qual seja, o entrelaçamento entre momentos distintos da crise, ele parece pecar em um ponto essencial. Sua caracterização da expansão da acumulação capitalista no período lulista está centrada no aumento do consumo das classes trabalhadoras, sobretudo em seu estrato mais empobrecido. Se isto de fato foi um fenômeno observável, ele pode incidir justamente em uma crítica que isola o “consumismo dos pobres”. Ou seja, não se trata de fazer uma crítica segundo o ponto de vista de que o aumento do consumo redunde imediatamente em “alienação” política. Para superar esse ponto de vista, seria necessário mostrar como a expansão do mercado interno fez parte uma estratégia de acumulação e como os trabalhadores estiveram envolvidos nesse processo por meio de uma subsunção de suas práticas.

Ainda sobre a crise econômica e seu entrelaçamento com a crise política, é possível dizer que a primeira ocorre como uma estratégia de reorganização dos processos de acumulação capitalista no Brasil, como afirma Mascaro (2017, p. 187). Isso parece aproximar as teses do artigo daquelas esposadas por Ruy Braga, que afirma que 2013 expressou o esgotamento da gestão petista dos conflitos de classe. Se isso é bastante plausível, como explicar sua relação com os indicadores do processo de acumulação (taxa de lucro, relação entre salário e lucros, níveis de produtividade)? Nesse sentido, a tese de Braga afirma um grau de intencionalidade dos agentes que não condiz nem com a lógica do processo (o fato de que capitalistas são portadores do capital) e nem com as temporalidades distintas das crises, muito menos com a especificidade da crise política (por exemplo, o fato de que esta teve em Cunha um catalisador inesperado e imprevisível).

Mais importante do que isso: se a impossibilidade de conter os conflitos sociais é um elemento importante do abandono das frações burguesas em relação aos governos petistas, ela não pode ser compreendida sem que se faça menção aos acenos dados pelos governos petistas: aprovação de uma lei antiterrorismo (que abriu espaço ainda maior para a perseguição a grupos de esquerda e movimentos sociais); reforço da gestão financeira sobre a política econômica com a escolha de Joaquim Levy (e que, não por acaso, permitiu que os críticos de Dilma, tanto à esquerda quanto à direita, falassem em estelionato eleitoral); reforço das práticas de ocupação militar nas periferias (cujo caso mais exemplar são as UPPs) e sua consequente gestão da vida e da morte. Todos esses elementos indicam que os governos petistas estiveram dispostos até certo ponto em controlar e reprimir a força de trabalho e os grupos subalternos que se insurgissem para

que o próprio processo de acumulação tivesse continuidade. A crise política se configuraria, então, em conjunto com as impossibilidades de garantir a retomada no processo de acumulação. Não por acaso, em recente declaração dada nos Estados Unidos, Michel Temer afirmou explicitamente que Dilma foi deposta por não implementar o projeto “Ponte para o futuro”. Como se sabe, este foi o esboço das medidas implantadas após o golpe que reforçaram a “espoliação neoliberal”: reforma trabalhista e congelamento dos gastos sociais. No entanto, como já deve ter ficado claro acima, tratou-se do aprofundamento de medidas para a regulação da força de trabalho no período de dominância financeira que já ocorriam muito antes do golpe – pense-se, por exemplo, na reforma da previdência dos servidores públicos em 2003 e nos vários projetos de reforma da previdência que não foram levados a cabo. Nesse sentido, é possível falar que o *impeachment* de Dilma fez parte do esgotamento de um modelo de gestão da administração capitalista agravado pela crise econômica e política. Não seria mero acaso, portanto, que Bolsonaro se apresente como uma dupla solução para essa crise: mostra-se como um suposto *outsider* da política ao mesmo tempo em que implantaria um programa ultraliberal. Ao mesmo tempo, isso pode indicar porque as candidaturas da direita tradicional, especialmente a de Geraldo Alckmin, não decolaram nas pesquisas. Embora seu programa econômico também acenasse com o ultraliberalismo, ele não pôde se descolar da crise política tal como seu rival de extrema-direita

Sobre a crise política, é importante procurar entender se ela poderia ser caracterizada como uma crise de direção hegemônica, em que capitalistas brasileiros mais imediatamente ligados ao capital financeiro se opõem a capitalistas industriais, com certos interesses na constituição de um mercado interno. Esse é um debate que mobiliza muitos autores (cf., em especial, Filgueiras et al., 2010; Boito Jr. 2018; Singer, 2016). A posição de Boito expressa a relação entre uma possível crise de hegemonia no bloco no poder e o conflito em torno da distribuição da riqueza – o que parece se coadunar com as opiniões de Marquetti et al. – ainda que Boito enfatize a ideia segundo a qual a crise não pode ser pensada exclusivamente em termos do conflito capital-trabalho. Além disso, Boito afirma que as frações burguesas podem agir com relativa autonomia. Mas seria necessário contrapor dois aspectos que parecem ser centrais. 1) Embora existam interesses comuns no interior das frações burguesas (capital financeiro, capital industrial, agronegócio etc.), a concorrência entre os capitais individuais não levaria a uma certa fragmentação desses interesses? 2) Como é possível falar nessas mesmas frações se a

relação entre as distintas formas é atravessada cada vez mais pela interdependência entre elas?

Essa crise parece ser bastante frágil se pensarmos no trânsito constante entre capitalistas industriais e financistas, que a essa altura do processo de acumulação global de capital não podem existir de maneira isolada. Por outro lado, o novo despertar do fascismo brasileiro poderia ser lido também como uma possível solução às lutas fratricidas entre as frações burguesas (uma solução por cima para reprimir possíveis manifestações para além da ordem). Embora Bolsonaro seja apoiado por um legítimo representante dos *Chicago Boys*, comerciantes e industriais demonstraram seu apoio de modo entusiasmado – vide, por exemplo, as posições do dono da Riachuelo, Flávio Rocha, e o proprietário da Havan, Luciano Hang, ambos conhecidos por suas posições fascistoides e por seus processos na justiça trabalhista e sonegação fiscal. Esse apoio seria indicação não apenas do medo “sociopático” das burguesias brasileiras com relação a qualquer perspectiva de ascensão dos trabalhadores empobrecidos (o que deve ser apenas parte da explicação, e não o eixo exclusivo do conflito social brasileiro), mas também da perspectiva de uma diminuição dos índices de superexploração da força de trabalho. Mesmo se isso não aconteceu durante os governos petistas, a caracterização de Florestan Fernandes permanece atual: mesmo que não cheguemos perto dessa “mudança estrutural” na sociedade brasileira, o simples fato de que algo possa ao menos sugerir-la já é suficiente para o pânico de nossas classes dominantes.

Ainda sobre a crise política, é necessário precisar esse conceito. O que significa exatamente falar disso: trata-se de uma crise no bloco no poder? Trata-se de uma crise das instituições da democracia liberal representativa? Ou seria ela exemplar de uma crise que aponta para uma pós-democracia/des-democratização? A questão não é menor, pois envolve explicar de maneira mais rigorosa como se deve entender a relação entre economia e política. Ou seja, trata-se de entender como a crise política não pode ser vista apenas como simples expressão da crise econômica, mas tampouco como algo isolado. Nesse sentido, é preciso um conceito que expresse essas dificuldades. Se não temos condições, por ora, para realizar essa tarefa de forma completa, um possível ponto de partida consiste na sua expressão nas formas de organização dos trabalhadores, especialmente em suas vertentes hegemônicas. Em especial, trata-se da possibilidade de um exame crítico da crise por que passam aquelas formas.

Crise das esquerdas e passagem ao neoliberalismo

O que estou chamando aqui de crise das esquerdas, em especial em seu partido hegemônico, o PT, corresponde a um longo processo de transformações, tanto em âmbito partidário quanto nas relações que o partido estabeleceu com as classes trabalhadoras brasileiras – além, é claro, de transformações na própria configuração destas classes. As mudanças no caráter do partido têm chamado atenção de uma vasta literatura e apontam, em geral, para o afastamento da organização partidária de suas bases militantes e eleitorais, ao mesmo tempo em que suas reivindicações e programas políticos vem sofrendo uma contínua adaptação ao funcionamento do sistema político – o que se traduz no distanciamento de uma suposta radicalidade que haveria no início da história do PT.

Na verdade, é preciso mostrar que esse processo de transformação não se vincula apenas a uma maior burocratização do partido ou a um processo de transformismo de seus grupos dirigentes, mas também e sobretudo porque o partido, tomado aqui como exemplar dos limites e dilemas das esquerdas brasileiras (o que significa dizer que suas concepções e práticas políticas não se restringem ao Partido dos Trabalhadores), aprofundou a submissão às formas sociais dominantes, a começar pelo estatismo que impera nas esquerdas desde que o PCB se tornou um partido central na vida política brasileira. Ou seja, pode-se entender sua trajetória como a passagem da autonomia de classe – que constitui o programa inicial do partido, ainda que de forma bastante complexa e contraditória – para a subsunção dessas formas de organização aos padrões vigentes de sociabilidade (em outros termos, a organização política dos trabalhadores tornou-se mais heterônoma, dependente das formas do capital).

Embora seja possível identificar elementos dessa passagem “molecular” já na primeira década de existência do partido, elas encontrariam sua expressão máxima nos governos federais liderados por Lula e Dilma. Durante aquilo que pareceu um verão de prosperidade material, a tão festejada inclusão de trabalhadores no mercado formal de trabalho e a incorporação de massas de trabalhadores miseráveis a níveis aceitáveis de pobreza se fez em contrapartida a uma vasta desorganização política. Não por acaso, essa desorganização se fez acompanhar do aprofundamento de padrões de sociabilidade neoliberais, que exacerbam o individualismo e erigem o empreendedorismo como seu motivo ideológico fundamental. Além disso, levando-se em conta a ideia de que essa inclusão foi feita aprofundando a submissão dos trabalhadores às formas pelas quais as relações sociais capitalistas se reproduzem, é possível falar em uma forma de integração desses trabalhadores ao capitalismo brasileiro.

Aqui é preciso mostrar a especificidade deste conceito de integração. Talvez seu exemplar mais conhecido seja encontrado nos escritos de Theodor Adorno e Herbert Marcuse a respeito do que eles chamaram de “integração do proletariado”. Sem dúvida, existem problemas e dificuldades impostas pelo conceito quando se analisa a dinâmica e as transformações no capitalismo, uma vez que o período abarcado pelos autores tem por referência a regulação fordista das relações entre capital e trabalho nos países de capitalismo avançado. Apesar disso, os trabalhos da teoria crítica podem se mostrar frutíferos para compreender a realidade brasileira, desde que se leve em conta não só a especificidade das relações sociais capitalistas por aqui, mas também o cerne do conceito de integração, que se refere justamente à incorporação da forma capital à produção e reprodução das forças de trabalho em sua totalidade. Ou seja, trata-se de dizer que a integração de um contingente expressivo de trabalhadores se deu não apenas mediante o consumo de mercadorias que eles não adquiriam anteriormente, aumentando sua qualidade de vida. A questão deve passar ao largo de uma simples crítica do consumismo. Mais importante do que essa possível afirmação é mostrar que: 1) a melhoria de vida dos trabalhadores não implica em absoluto a redução em seus níveis de exploração; 2) a (re)produção de suas vidas passa a se fazer crescentemente sob a égide do capital. Ou seja, suas condições de vida, suas capacidades e habilidades já não podem ser pensadas como algo autônomo em relação aos processos de acumulação do capital, mas são determinadas por ele.

Dessa maneira, vê-se que um elemento importante do conceito de integração remete às expressões “mais-valia relativa” e “subsunção real”. No caso brasileiro, o mais importante é mostrar como esse processo de integração se deu mediante a desorganização política. Em paralelo ao “fetiche do estado”, que marca presença constante na trajetória de muitas organizações das esquerdas brasileiras, a inserção dos trabalhadores à sociabilidade neoliberal enfraqueceu as possibilidades de fortalecer sua organização autônoma. Note-se, ao mesmo tempo, que essa longa trajetória também correspondeu ao fortalecimento de um traço perene dos trabalhadores empobrecidos, as dificuldades históricas que eles encontram em se organizar para além do vínculo com líderes de estado. Isso aponta para o fato de que a atual crise não pode ser entendida como simples expressão dos problemas do atual “modo de regulação” do capitalismo brasileiro. De maneira distinta, é possível sugerir que a atual crise múltipla reforça certos traços e tendências do desenvolvimento da acumulação de capital no Brasil. Ao mesmo tempo em que se discute a recusa de setores das burguesias brasileiras em desenvolver o capitalismo brasileiro para

além de seus padrões dependentes (o que é enfatizado não só pelos atuais teóricos da dependência, mas também por autores mais ou menos vinculados ao que se chama de heterodoxia em matéria de economia, incluindo posições desenvolvimentistas), a “longa marcha” do capitalismo neoliberal reforçou mediante suas diferentes formas de gestão o apassivamento histórico das classes trabalhadoras no Brasil.

Não por acaso, tem-se falado bastante no fim de um ciclo político e histórico, que teria se iniciado como processo de redemocratização no final dos anos 1970 e que se encerraria com o *impeachment* de Dilma Rousseff. Se esse diagnóstico é compartilhado por uma série de análises, e o presente texto não é exceção a elas, talvez valesse a pena enfatizar uma característica que descreva esse ciclo. Ele tem início com a série de protestos e formas de mobilização do que se convencionou chamar de “nova classe trabalhadora” e de grupos subalternos cuja expressão política também era bastante subterrânea no período da ditadura civil-militar (movimentos feministas, negros e LGBT, por exemplo). Foi com base nesses grupos que a Nova República foi criada, ainda que sua configuração tenha se dado sob a égide de uma “transição conservadora”, simbolizada pela “lenta e gradual transição”, assim como pelos dispositivos autoritários presentes na constituição de 1988 (cf. Pinheiro, 2014).

No limite, esse conjunto de características permite inferir os motivos para que o golpe de 2016 não encontrasse resistência organizada, assim como parte das razões que permitiram a eleição de uma figura medíocre Bolsonaro. Por fim, e esta talvez seja a tese principal deste artigo, pode-se afirmar que a conjunção entre os elementos desta crise múltipla permitiu que movimentos políticos de extrema direita renascessem e ganhassem corpo. Trata-se de mostrar que aquelas organizações oferecem uma resposta à crise diante das dificuldades das esquerdas brasileiras e os próprios grupos subalternos e de trabalhadores em se organizar de forma autônoma em relação às formas sociais dominantes.

A arregimentação por cima ou a desorganização de amplos setores dos trabalhadores (ou ainda, o processo de individualização neoliberal que ficou patente nas periferias das grandes cidades) também podem ser vistos como fatores decisivos que contribuem para a sedução do fascismo que caracteriza a atual conjuntura histórica. A imagem de Lula como um líder popular próximo a uma espécie de grande pai diz respeito justamente a esse longo processo de (des)organização, que deve ser entendido, em parte, como resultado da implantação de relações sociais calcadas numa racionalidade neoliberal – e da qual os governos federais do PT foram um artífice –, mas também como

o esgotamento de um ciclo de formas de organização política e de mobilização que se iniciou nos estertores da ditadura civil-militar.

Com relação às diferenças entre esses ciclos históricos, merece destaque o estreitamento do horizonte de transformações no período neoliberal. Por um lado, isso significa entender que o desenvolvimentismo nas décadas que se seguem após a ascensão de Getúlio Vargas também foi uma estratégia possível (mas longe de ser radical) da administração dos conflitos. Nesse sentido, a perspectiva que vislumbrava processos de modernização via industrialização e o estado fez parte de um ambiente de época em que os ganhos de produtividade do capital global podiam ser traduzidos em relativa melhora de setores das classes trabalhadoras – ou, mais precisamente, o aumento dos níveis de produtividade e de lucratividade esteve intimamente associado à elevação do padrão de vida de setores das classes trabalhadoras. Somada ao conflito da Guerra Fria e aos levantes contra o colonialismo, tal expectativa pode ser alimentada nos países em que o capitalismo ainda não havia (supostamente) se desenvolvido. Como se sabe, essa época no Brasil foi caracterizada pela possibilidade de uma aliança das esquerdas e trabalhadores organizados com setores da burguesia interessados na (relativa) independência do Brasil na divisão internacional do capitalismo.

Por outro lado, o ciclo mais recente foi travado dentro de um horizonte de transformações muito mais estreito, a começar pelas possibilidades de acumulação global do capital, que passou a transferir seu núcleo para a composição de capital fictício, numa tentativa de superar a crise que se iniciou com o esgotamento da regulação fordista. Os esforços de organização dos trabalhadores e grupos subalternos no Brasil a partir da década de 1980 foram diretamente impactados por esse novo cenário histórico, especialmente na década seguinte, quando os processos de reestruturação produtiva e desregulamentação da força de trabalho se fizeram como força por aqui. É certo que os anos 1980 apresentaram novas formas de organização política no confronto com a ditadura civil-militar – de tal maneira que Francisco de Oliveira (2006) chamou o período de “a era da invenção”. No entanto, podemos dizer que chegamos ao esgotamento das formas de mobilização criadas a partir das greves do ABC e de movimentos populares e de periferias.

Sem dúvida, esse esgotamento tem de ser entendido de acordo com o longo processo de derrotas que a implantação do neoliberalismo significou para os trabalhadores e grupos subalternos no Brasil – e eles têm a ver não somente com os resultados imediatos da reestruturação produtiva e da desregulamentação dos processos

de trabalho, levando a uma fragmentação dos trabalhadores e grupos subalternos que contribui para sua desorganização. Contudo, as próprias formas de organização eleitas como centrais pela esquerda hegemônica (PT e CUT, bem entendido), também têm de entrar nessa difícil equação, se quisermos compreender de forma aprofundada tanto a atual crise política quanto das esquerdas em geral. No limite, ela se refere ao estado como o horizonte-limite das transformações a serem levadas a cabo – sem deixar de mencionar algo mais trivial, a transformação da esquerda hegemônica em gestores dos conflitos sociais.

A literatura a respeito do Partido dos Trabalhadores aponta para dois aspectos centrais no que concerne a essa “virada administrativa”. Por um lado, o partido se burocratiza/profissionaliza, afastando-se do contato imediato e contínuo com suas bases sociais e eleitorais (Novaes, 2003; Ribeiro, 2009; Amaral, 2010). Esse tipo de análise têm sido uma preocupação constante da ciência política brasileira, que tenta entender as transformações do partido de acordo tanto com a lógica do poder político, isto é, a manutenção do partido enquanto agente competitivo, mas também pelas transformações em sua organização interna como expressão das pressões institucionais. Se essa literatura trata o PT como uma espécie de novidade no cenário político brasileiro dos anos 1980, ela será marcada por sua crescente adaptação, conformação e normalização à competição eleitoral e entre os partidos. Caberiam algumas palavras a respeito desse tipo de tratamento dos partidos políticos: alicerçada na correspondência entre mercado capitalista e arena eleitoral, ela tem como uma de suas bases as diversas teorias sobre o modelo liberal da democracia representativa – que começa com Schumpeter e sua teoria da renovação das elites dirigentes, mas que encontra seu modelo mais bem acabado na noção de poliarquia, cunhada por Robert Dahl. De certa forma, trata-se de um modelo que limita a participação dos indivíduos, grupos e classes ao processo eleitoral, como se eles fossem consumidores de uma mercadoria especial. Se a democracia liberal é tomada como a expressão política das relações sociais capitalistas no plano da concorrência, o que exclui de antemão o aprofundamento da democracia para além dos processos eleitorais e institucionalizados, pode-se dizer também que existe um momento de verdade nessa teoria, que joga alguma luz sobre as transformações da esquerda brasileira em geral e do PT, em particular. Afinal, se existe uma “afinidade lógica” entre as instituições políticas centradas no estado e o funcionamento do capitalismo como um mercado em que os agentes competem entre si pelos recursos escassos, os partidos políticos que se aprofundam nessa lógica serão conformados como uma mercadoria a ser escolhida. A

ideia de transformação social passa cada vez mais para o plano da administração. Ou ainda, a ideia de que os partidos políticos devam agir em consonância com a lógica de reprodução das relações sociais capitalistas não deixa de ser expressão da aceitação de suas formas dominantes – ainda que esse processo não seja confessado pela ciência política dominante.

Por outro lado, parte dos estudos sobre as transformações do PT tende a enfatizar o trânsito de suas lideranças entre classes sociais distintas, sobretudo a partir da noção gramsciana de “transformismo” (Iasi, 2006; Almeida, 2013; Coelho, 2012). Nota-se, evidentemente, que o tipo de preocupações aqui é distinto. Enquanto a literatura originária da ciência política compara as relações políticas ao funcionamento de uma economia liberal, os autores mais ou menos inspirados pelo comunista sardo tendem a enfatizar a mudança de concepções e práticas pela conquista material das lideranças e quadros partidários da ordem capitalista. Ou seja, enquanto no primeiro tipo de explicação a lógica eleitoral e competitiva normaliza as relações internas do partido e sua estrutura organizacional, o segundo argumento aponta para o lado reverso daquela normalização. No entanto, ele paga um duplo preço: as transformações de um partido podem ser entendidas tanto em termos “moralizantes”, isto é, em termos da traição a uma projeto original, resguardado pelos grupos e classes nos quais a agremiação se originou, assim como pela ausência de maiores questionamentos da relação entre representantes e representados – no caso, a própria relação que se estabelece entre o partido e a classe. Se a explicação de matriz gramsciana capta muito bem a passagem da revolta contra a administração à administração da revolta, ela perde de vista que essa conformação lógica não pode pairar no ar. Ao contrário, o partido tem de ser encarado, mesmo nos momentos mais abstratos e desligados da prática imediata, como é o caso dos programas políticos, como os limites e as barreiras que as próprias classe se interpõem no desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

Outro elemento importante par análise das dificuldades e contradições das organizações dos trabalhadores e subalternos no Brasil diz respeito ao problema da liderança. A política da esquerda hegemônica, que tem toda sua estratégia centrada na figura de Lula, possui implicações para o aprofundamento da crise. Primeiro, por uma espécie de melancolia em relação às possibilidades de organização política. Segundo, por conta das dificuldades de um retorno triunfal em um cenário global que dificilmente se repetirá no futuro imediato. Como reconhecem inúmeros comentaristas do período lulista, trata-se de dizer que a consolidação das políticas de redistribuição de renda e o

crescimento econômico durante os governos do PT foram possibilitadas por um cenário externo favorável, cujo principal símbolo foi a elevação do preço das *commodities*. É bom lembrar também que não apenas o governo Lula se beneficiou desse cenário. Quase toda a “onda rosa” na América do Sul teve como um de seus principais pilares o aumento do superávit na balança comercial, que permitiu injetar quantidades significativas de capital no interior das economias nacionais (cf. Carcanholo, 2015). Esse cenário durou mais ou menos até a crise que se inicia em 2007 e teria seu ápice um ano depois. É verdade que seus efeitos seriam sentidos no Brasil de maneira retardatária, o que popularizou a ideia segundo a qual o tsunami econômico seria apenas uma “marolinha” em nossas terras. Embora seja difícil traçar uma previsão precisa com relação à evolução futura dos processos globais de acumulação, pode-se dizer com alguma certeza que esse cenário não se repetirá tão cedo.

Isso diz respeito à própria atribuição de características mágicas à figura de Lula. Somente ele seria capaz de trazer felicidade novamente ao país, como a propaganda de sua candidatura interdita pela justiça quis fazer acreditar. A habilidade de Lula em apaziguar conflitos sociais e políticos, forjada em sua época de sindicalismo, aparece aqui como um uma espécie de dom. Isso não se refere apenas à maneira como os laços afetivos entre a liderança política e seus apoiadores se manifestam, mas diz respeito igualmente a incapacidade da maioria dos membros da esquerda hegemônica em se livrar da sensação de que algo foi perdido com o golpe de 2016, para continuar com o jargão importado da psicanálise. Na época em que o processo do *impeachment* de Dilma Rousseff foi finalizado, muito se comentou a respeito do estado melancólico da esquerda brasileira, não só incapaz de se organizar para combater o golpe de frente, mas também da suposta apatia de trabalhadores e grupos subalternos em relação às medidas tomadas durante e após os acontecimentos de 2016, que aprofundaram o austericídio que já se configurava desde 2015. Certamente, não se pode falar sem mais de apatia dos subalternos, já que não só as manifestações de contrariedade com a atual crise existem, mas também pelo simples fato de que uma sociedade intrinsecamente baseada no antagonismo não pode deixar de apresentar expressões de conflito – ainda que elas possam se dar de maneira difusa e quase imperceptível.

Considerações finais

No entanto, não houve de fato uma resistência organizada e de peso contra o golpe e suas consequências. A crise das esquerdas como parte da crise política – isto é, dentro

do quadro geral da insatisfação com o funcionamento da democracia liberal – é parte da explicação para a ausência de enfrentamentos maiores. Afinal, as pessoas no Brasil também tiveram a percepção de que a defesa de Dilma e do PT seria uma afirmação do mesmo. Mas ela não é suficiente para entender a complexidade da atual crise – como de resto não se pode isolar apenas um aspecto dessa realidade complexa e contraditória. A esse traço se soma a incapacidade da esquerda hegemônica em conceber ou até mesmo imaginar formas de organização política que não passem pela centralização do estado e, sobretudo, na figura do líder político. No limite, a queda de Dilma Rousseff indicou a perda de algo que essa esquerda não pode nomear – daí a sensação de melancolia. O que se perdeu, mas não se consegue dizer de forma clara, são as próprias perspectivas de organização dos trabalhadores e grupos subalternos que escapem à lógica dominante e, portanto, formas de organização e ação política que não foram conformadas e absorvidas.

Essa era precisamente a expectativa inicial da “era das invenções” no início dos anos 1980. A luta contra as consequências mais imediatas da política econômica da ditadura – arrocho salarial, carestia e condições de vida insalubres – foi o estopim da reorganização dos trabalhadores nos grandes centros urbanos e que teve como exemplo mais expressivo o surgimento do novo sindicalismo e as greves do ABC (embora não se possa esquecer, evidentemente, que essa reorganização abarcou outras formas para além dos sindicatos, como os movimentos por moradia, creches e as comunidades eclesiais de base, que se constituíram na periferia das grandes cidades – cf. Sader, 2001). Isso não significa que o ressurgimento das lutas populares não estivesse envolto em contradições e dificuldades – aliás, a própria ideia de que nos encontremos no final de um ciclo histórico também deve ser entendida pelas limitações da política de esquerda, algo que se relaciona diretamente ao “fetiche do estado”, para usar a expressão de Boito Jr. (2018) em um sentido mais preciso do que o original.

Os membros da esquerda hegemônica já não conseguem mais pensar e agir em outras formas de organização dos subalternos que não esteja centrada na centralidade do estado – o que implica também dizer que qualquer forma que sugira organização autônoma dos trabalhadores e subalternos é vista com extrema desconfiança. Esse é um dos sentidos de junho de 2013: é difícil tolerar sinais de que existam indivíduos que se organizem de maneira independente e de forma relativamente distante das pautas políticas dominantes. Diante da atual crise no Brasil, que se manifesta na insatisfação e na revolta de trabalhadores e grupos subalternos com suas condições precárias de vida, desemprego e ausência de perspectivas de futuro, a extrema-direita e os grupos neofascistas,

encabeçados por Jair Bolsonaro, foram capazes de canalizar e dar algum sentido a esses sentimentos. Ainda que as aspirações dos trabalhadores não correspondem com a agenda do atual governo federal, tendo em vista o programa da reforma da previdência como exemplo, a saída para a crise foi apontada: autoritarismo e reforço da superexploração do trabalho, numa espécie de eterno retorno a 1964.

Bibliografia:

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. “PT 30 anos: democracia, socialismo, transformismo e poder”. <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/G-Rozentino.pdf> >. Acessado em 13 de abril de 2014.

AMARAL, Oswaldo E. do. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. São Paulo, Alameda Editorial, 2013.

BOITO JR., Armando. *Reforma e Crise Política no Brasil. Os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

BRAGA, Ruy. “Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes”. In: André Singer e Isabel Loureiro (orgs.), *As Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, p. 54-92.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Neoliberalismo y dependencia contemporânea. La actual lucha de clases por la transformación social”. In: Luis Rojas Villagra (cord.), *Neoliberalismo em América Latina. Crisis, tendências y alternativas*. Asunción: CLACSO, 2015, p. 263-82.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital: o transformismo de grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã, 2012.

CROUCH, Colin. *Posdemocracia*. Madrid: Taurus, 2004.

DEMIROVIC, Alex e SABLONSKI, Thomas. *A Crise na Europa e o Regime de Acumulação com Dominância Financeira*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

DEMIROVIC, Alex; DÜCK, Julia; BECKER, Florian; BADER, Pauline (org.). *Vielfachkrise: im finanzmarktdominierten Kapitalismus*. Hamburg: VSA, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BLANCO, Paulo. “Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula”. In: *Os Anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 35-69.

IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe. O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecília; MIEBACH, Alessandro. “Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise brasileira” (2016). Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira>. Acessado em 25 de setembro de 2018.

MASCARO, Alysson. “Direito, crise e *impeachment* no Brasil”. *Observatório Latinoamericano y caribenho*, 2017, n. 1, p. 175-194.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; CASTRO, Fábio Avila. “O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012)”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 1, 2015, p. 7-36.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. “PT: dilemas da burocratização”. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº35, 1993, pp. 217-37.

OLIVEIRA, Francisco de. “A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil”. In: Eduardo Basualdo e Enrique Arceo (org.), *Neoliberalismo y*

Sectores Dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 265-291.

PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição?* São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Pedro Floriano. “Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores”. *Teoria e Pesquisa: revista de ciência política*, vol .18, nº 2, 2009, pp. 119-150.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

SINGER, André. “A (falta de) base política para o desenvolvimento”. In: André Singer e Isabel Loureiro (orgs.), *As Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, p. 21-54.

STRECK, Wolfgang. *Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Lisboa: Actual, 2013.